

Jovens alunos do Proeja de Urutaí: concepções acerca da escolarização e do mundo do trabalho*

Claitonei de Siqueira Santos

Resumo: O presente texto apresenta alguns resultados de uma pesquisa de mestrado que teve como propósito investigar quem são os jovens alunos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), no Instituto Federal Goiano (IFGoiano), *campus* de Urutaí. Objetiva refletir acerca das concepções dos jovens sobre a educação escolar profissionalizante e o mundo do trabalho após participarem de um programa educacional que objetiva a leitura ampliada de mundo por meio da integração curricular entre formação geral e formação específica de nível médio para o público da EJA em uma instituição federal reconhecido por eles como escola diferenciada e de excelência no ensino oferecido aos seus alunos.

Palavras-chave: Juventudes, Proeja, Mundo do Trabalho.

A faixa etária é um dos critérios de caracterização da juventude. Entretanto, para a maioria dos estudiosos é apenas um marco delimitador, o que significa dizer que a juventude não se reduz a ele. O seu conceito vai além da idade cronológica e uma das delimitações compreende o período de 15 e 29 anos. De modo que não há consenso, porque ocorrem divergências não só entre os estudiosos da temática como no interior das agências que desenvolvem atividades junto a jovens em diferentes espaços e países.

Essa situação é exemplificada por Leon (2009), ao destacar as diferentes definições etárias para os jovens utilizadas pelos países ibero-americanos: entre 7 e 18 anos em El Salvador; entre 12 e 26 na Colômbia; entre 12 e 35 na Costa Rica; entre 12 e 29 no México; entre 13 e 30 na Argentina; entre 15 e 24 na Bolívia, Equador, Peru, República Dominicana; entre 15 e 25 na Guatemala e Portugal; entre 15 e 29 no Chile, Cuba, Espanha, Panamá e Paraguai; entre 18 e 30 na Nicarágua; menores de 25 anos em Honduras.

No Brasil, a tendência está baseada em critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial de Saúde (OMS) e por instituições oficiais, como o IBGE e IPEA, que localizam os jovens na faixa etária entre os 15 e 24 anos. Entretanto, a faixa entre os 15 e 29 anos, que estende um pouco mais a condição juvenil, é utilizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A necessidade de compreender a juventude como uma categoria construída histórica e socialmente e que possui especificidades expõe os limites do critério da faixa etária. Nesse ponto reside a dificuldade de estabelecer uma idade precisa para esse segmento. Alves (2008), ao comentar sobre a invenção da juventude, destaca que ela tem sido objeto de um processo de construção social marcado por influências de natureza econômica, política e social. Nesse embate, a autora destaca que, para alguns teóricos, a juventude como idade de vida sempre existiu; para outros, ela é uma construção social histórica e relacionada à modernidade.

Por diversas vezes, a definição de juventude pela faixa etária se confunde com a noção de adolescência, como afirma Leon: “utiliza-se a faixa etária entre os 12 e 18 anos para designar a adolescência; e, para a juventude, a faixa entre os 15 e 29 anos de idade a qual, por sua vez, é dividida em três subperíodos: de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29” (2009, p. 53). A faixa etária, mesmo sendo um critério amplamente utilizado, apresenta, no entanto, limites.

Assim, recorreremos mais uma vez a León (2009), autor que esclarece que a categoria etária em si não é suficiente, o que impõe a necessidade de analisar as diferentes juventudes. No entanto, essa caracterização “é necessária, sim, para estabelecer algumas delimitações iniciais e básicas, não orientadas estas, porém, na direção de homogeneizar tais categorias etárias para o conjunto dos sujeitos que têm uma idade em determinada faixa” (2009, p. 53).

Deste modo, A estrutura econômica e familiar em que vivem os jovens interfere nas diferentes formas de viver a condição juvenil. Esses aspectos mostram que a definição de juventude a partir de critérios etários é necessária. Contudo, é preciso compreender que essa delimitação não homogeneiza os jovens. O seu estudo, ao estender a fronteira da idade, requer uma definição conceitual e uma análise teórica bastante precisa. A juventude é uma construção social que tem forte relação com a época que a constitui (BOURDIEU, 1983).

Feitas essas observações cabe, então, apontar nossas análises quanto à idade e gênero dos jovens alunos estudados. Os dados a seguir se referem sobre a distribuição entre idade e gênero dos agentes sociais estudados, demonstra a predominância de jovens do sexo masculino, 87%, sobre o feminino, 13%.

É possível verificar ainda o predomínio de jovens na faixa etária entre 17 e 20 anos, com um percentual de 67%. Esse domínio prevalece tanto no quantitativo geral dos entrevistados quanto no analisado separadamente por critério de faixa etária. Desse

modo, adotando a diferença de dois anos como período de intervalo, os demais alunos agrupados representam 46%, os jovens de 17,18 anos totalizam 13% e os que possuem entre 21 e 29 anos somam 33%. Assim, excetuando a faixa etária dos 19, 20 anos, com 54%, existe, portanto, certo equilíbrio entre os alunos por faixa de idade.

Os dados nos possibilita chamar a atenção para ao menos dois elementos com relação à idade e ao gênero. O primeiro é a baixa presença do público feminino, que pode estar associada a fatores como o horário, a distância da escola em relação à cidade e também as possibilidades de ocupação no mercado de trabalho via cursos técnicos de informática e alimentos, ou ainda ao fato de estes não terem despertado o interesse das jovens. Entretanto, a tradição do instituto tem sido marcada pela forte presença do público masculino.

O segundo elemento centraliza-se na presença significativa de jovens na faixa etária entre 19 e 20 anos, visto que, diferentemente da questão do público feminino, há uma tolerância menor ao desemprego nessa faixa de idade para o segmento jovem de sexo masculino. Nessa fase da vida, a empregabilidade passa a ser crucial e se coloca como fundamental para os jovens, sobretudo os de camadas populares, tanto que muitos abandonam a escola nesse período devido às chances de ocupações que se abrem nos postos de trabalho.

A seguir, são apresentados dados sobre o ingresso e a permanência na escola. Eles ajudam a compreender aspectos relacionados à experiência de escolarização dos jovens e a perspectiva com a educação profissional efetuada pelo Proeja. Como ponto de partida e objetivando compreender os movimentos oscilatórios que marcam as experiências de escolarização desses jovens é apresentado o quantitativo total de alunos que ingressaram, permaneceram e deixaram o Proeja entre os anos de 2008 e 2010. Os dados possibilitam compreender o movimento pendular desenvolvido pela maioria.

Do total de alunos matriculados entre os anos de 2008 e 2010, 72% são jovens na faixa etária entre 17 e 29 anos, demonstrando novamente a predominância desse público nas turmas do Proeja nos cursos técnicos integrados em informática e alimentos. Pela análise dos dados pode se destacar que o público juvenil caracteriza o programa no IFGoiano, *campus* Urutaí.

A não permanência dos alunos tem sido outro aspecto que desperta atenção. Entre os anos de 2008 e 2010, os alunos que permaneceram somam 32%, enquanto 68% desistiram do curso, caracterizando os movimentos oscilatórios destacados acima.

É possível verificar que o índice maior de não permanência concentra-se entre aqueles que possuem mais idade, 21 a 29 anos. Nos períodos de 2008 a 2010, a não permanência de jovens nessa faixa etária foi de 48%, duas vezes maior que o número de alunos entre 17 a 20 anos que continuaram no curso. Dos 72% de jovens que ingressaram no programa de educação integrada em Urutaí, somente 24% permaneceram. Verifica-se também que, no período analisado, a procura pelo Proeja nessa faixa etária foi maior, demonstrando a emergência da escolarização para esse segmento.

No ano de 2010, por meio da implantação do Curso Técnico Integrado em Alimentos, o Proeja foi ampliado. Nesse ano, a oferta era para os dois cursos. No entanto, o Técnico Integrado em Informática não constituiu turma, o que demonstra a maior aceitação dos jovens pelo Curso em Alimentos, o que, possivelmente, se relaciona ao perfil ocupacional da região, que, por possuir várias indústrias ligadas ao setor alimentício, principalmente no ramo de laticínios, pode ter despertado mais interesse nos jovens.

A situação, entretanto, é complexa e diversificada: para os jovens que obtiveram trabalho, a perspectiva de formação, o curso e a escola são positivos; para aqueles que não vivem a mesma situação, a aposta na escolarização parece não ter tanto sentido. Os depoimentos abaixo são de dois jovens e expressam suas concepções sobre essa questão:

Encontrei no caso foi com o ensino técnico que eu iniciei aqui. Eu consegui um emprego na área lá em Ipameri, na área de laboratório, mexer com micro-organismo, essas coisas. (Jovem 4).

Se você faz algum curso ali não adianta você ficar aqui, porque aqui não tem emprego, aqui não tem. É só isso, porque a única coisa que puxa renda pra cá é essa escola aí [...]. Não tem como a gente estudar lá, na hora assim dá tudo certinho, mais eu vou. Tô tentando porque eu sou... A diretora ainda tinha, queria que a gente mandasse o currículo da gente pra Cristalina, que abriu três empresas na área de alimentos lá, queria que a gente mandasse os currículos pra lá, que era um emprego bom pra gente. Só que a gente tinha que esperar cursar pra depois já sair com o emprego na mão. Mas eu ainda quero. Não é meu ramo, não, mas a gente tem que gostar. (Jovem 10).

Para o Jovem 4, a escola e o Proeja corresponderam às expectativas. Demonstra que encontrou o que procurava, referindo-se ao emprego que conseguiu numa indústria de laticínios, desde sua participação no Curso Técnico Integrado em Alimentos. O Jovem 10 não se reconhece no curso e elabora suas próprias estratégias, ou seja, por já ter concluído o Ensino Médio, o motivo que o levou ao programa foi a possibilidade de conseguir um emprego numa cidade próxima. Ao saber que deveria terminar todo o

período de escolarização no instituto, desistiu do curso, abandonou a escola sob a alegação de não compensar, pois os empregos na cidade são escassos, conforme destacou na entrevista.

Assim, muitos jovens que vivem os desafios de uma sociedade pautada pela desigualdade social são obrigados, ainda muito cedo, a abandonar a escola em função do trabalho, dado que, segundo Andrade (2008), a renda adquirida por esse segmento é de fundamental importância para a manutenção do grupo familiar.

A escola, entretanto, constitui uma justificativa para aqueles que não estão desenvolvendo atividade remunerada. Não estar trabalhando é visto de forma negativa, mas estudar é aceitável quando há privação do direito de trabalhar, inclusive pelas famílias. Assim os jovens destacam, conforme os depoimentos, que não estão trabalhando pelo fato de estarem estudando. Ao serem questionados sobre essa questão, manifestam-se da seguinte forma:

Eu acho que, assim, a gente não tá trabalhando ainda porque ainda tá estudando, né? Pra depois a gente trabalhar pra ter um trabalho remunerado. (Jovem 6).

Por causa que eu tô estudando ainda. Por enquanto, eu tô tendo a oportunidade de estudar, que eu tenho minha família estruturada que me mantém aqui e esse é um dos motivos de eu não estar trabalhando ainda, sabe? (Jovem 7).

Bom, tem tempo que estou estudando e o meu pai está me ajudando por enquanto, mas eu me sinto assim, eu preciso muito de um emprego, precisava mesmo, eu queria ter um emprego aqui, mas como não posso, é esperar até terminar esse curso para arrumar um. (Jovem 9).

Para Novaes (2006, p. 109), a situação de crise tem atingido principalmente os jovens e colocado a inserção e mesmo a manutenção no mundo do trabalho como causa de permanentes “conflitos familiares que atingem mesmo aqueles pertencentes aos grupos com melhores condições econômicas. Os conflitos que aumentam em casa são aqueles relacionados à área do trabalho, no presente ou no futuro”. Essa perspectiva, no entanto, associa os jovens como problema e os culpa pela situação vivenciada, no momento em que não questiona as contradições e os conflitos no interior das formações sociais.

No imaginário social, o trabalho somente pode ser adiado em função da escolarização. Esta constitui, no interior da sociedade, instrumento legítimo de aceitação e justificativa para o não trabalho juvenil, ancorada que está na concepção de juventude como tempo de dedicação aos estudos e lazer, como período de preparação para a vida adulta. Para as camadas populares, essa situação é contraditória. De modo que o

argumento de Silva (2005, p. 89) é pertinente ao enfatizar que a “ausência dos estudos se torna um fardo pesado demais para carregar e o trabalho uma necessidade imediata demais para ser ignorada”.

Os aspectos destacados salientam e se aproximam bastante da realidade vivida pelos jovens entrevistados. Alguns apresentam trajetórias de escolarização acidentadas, marcadas por rupturas e continuidades. Deste modo, 40% deles já estiveram fora da sala de aula ao menos por seis meses; 14% estiveram afastados da escola por um período entre um e dois anos; outros 13% já vivenciaram essa situação por mais de quatro anos. Verifica-se também que a ausência à escola é maior entre o grupo com mais idade.

As incertezas e inconstâncias invadem o universo juvenil de tal modo que, mesmo após o término do Ensino Médio, parte dos jovens retorna à escola. Esse regresso, na maioria dos casos, está associado à inserção ou melhoria nas condições de trabalho. Para essa parcela, o Proeja representa uma oportunidade de retomar os estudos para recolocar-se no espaço social por meio de uma instituição que reconhecem como importante para o acesso ao mundo do trabalho. Nos depoimentos abaixo, os jovens apresentam o seu reconhecimento com relação à escola e ao programa:

Oferece muitas coisas boas. Porque eu mesmo sou um cara que sou daqui, tenho condições de estudar aqui, tenho tudo para estudar aqui e não aproveito essa oportunidade. Muitas pessoas de fora aí vêm de outros estados para estudar aqui. (Jovem 11).

Nossa, eu acho muito importante, ainda mais que, por ser uma escola federal, né, tá dando oportunidade também pras outras pessoas. (Jovem 1).

No Estado de Goiás, o único instituto que tem o ensino técnico é o IF goiano, né? No caso, e por ser uma escola, por ter nome no Estado de Goiás, por ter professores que estão bem qualificados, alguns com mestrado, doutorado. (Jovem 4).

As respostas dos jovens demonstram a perspectiva que têm em relação ao IF Goiano. Ela ocorre mesmo naqueles que abandonaram o programa, caso específico do Jovem 11, ao destacar a importância da escola pela presença de alunos de outros estados. O reconhecimento aparece também no instante em que é ressaltada a qualificação do quadro docente. O Entrevistado 1 destaca a importância do Proeja ao proporcionar oportunidade a outras pessoas – jovens e adultos – de estudar numa escola federal.

Os sucessivos retornos à escola, sobretudo para os mais velhos, também são marcados por rupturas e continuidades. Aos mais jovens, por um conjunto de situações, tem sido oportunizado permanecer mais tempo no processo de escolarização.

O Proeja é um programa que visa atender alunos que tenham no mínimo 18 anos e ainda não concluíram o Ensino Médio. A presença no IF Goiano, *campus* Urutaí, de um público que já concluiu esse nível de ensino é no mínimo inquietante. Primeiramente pelo fato de o programa não atingir aqueles a quem, em tese, seu objetivo se destina. Em segundo plano, para pensar nos motivos que têm levado esses jovens, mesmo com o Ensino Médio concluído, a retornarem à escola.

Tal situação exige reflexão sobre a condição juvenil e as possibilidades e perspectivas que se abrem para o jovem. O aumento dos anos de escolaridade e a permanência na escola caracterizam bem a ideia de prolongamento da juventude, de trajetórias exitosas e falhadas, de projetos de vida idealizados que nem sempre são alcançados (PAIS, 2006).

Os depoimentos demonstram que os jovens percebem a escola como espaço importante no processo de socialização e integração à sociedade. No entanto, também se associa às possibilidades do acesso a postos de trabalho. A escola passa a ser percebida como uma etapa, um processo seletivo que encaminhará o jovem para o mercado de trabalho, razão por que deve ser levada a sério. O que se coloca em questão é o futuro e as oportunidades que se abrirão àqueles que incorporam suas normas, valores e regras, ou seja, a submissão à ordem, à autoridade e ao controle do tempo entendidos como práticas cotidianas escolares.

Assim, a apropriação de conhecimentos não é o único objetivo da escolarização, pois conteúdos implícitos são transmitidos, como a socialização, os comportamentos individuais e coletivos, a disciplina do corpo, a obediência a normas, horários etc. Estes objetivam promover paulatinamente a aceitação e a incorporação do egresso aos processos produtivos: é a formação do *ethos* enquanto valores práticos e da *hexis* como elementos de distinção corporal para a sua colocação nos diferentes postos de trabalho assalariado.

Nesse contexto de preparação e formação para o trabalho reside a legitimidade da instituição escolar. Queiroz (2008) argumenta que:

A ênfase ao desenvolvimento das habilidades pessoais, das qualidades morais e do comportamento socialmente esperado no trabalho escolar e o isomorfismo entre as relações sociais existentes na escola e as relações de produção capitalista, para promover a formação de características pessoais que o trabalho requer, explica em parte a importância atribuída à escola (p. 23).

Os jovens alunos entrevistados têm a crença do acesso a níveis cada vez mais elevados de educação escolar como possibilidade de ingresso no mundo do trabalho. Entretanto, as dificuldades são muitas, devido à condição juvenil. Assim, verifica-se, em alguns casos, por diversas vezes, a necessidade de mudanças de percursos, rupturas e continuidades, que interferem na estruturação de projetos ligados ao futuro.

Essa perspectiva, relacionada ao IF Goiano, *campus* Urutaí, enquanto espaço que visa a formação profissional por meio da educação escolar, aumenta a expectativa dos alunos com relação às possibilidades de empregabilidade. Esse é um dos aspectos que os motivam a retomar os estudos e a permanecer na instituição por reconhecê-la como espaço que aumenta a probabilidade de inserção no mercado de trabalho, seja por meio do curso técnico profissionalizante ou pelo acesso à educação superior ou a continuidade dos estudos no próprio instituto.

A maioria dos jovens pesquisados idealiza a educação superior como espaço que garantirá inserção profissional e estabilidade financeira. Essa perspectiva ancora-se na concepção neoliberal de educação, que reforça, a partir do conceito de capital humano, a necessidade de níveis elevados de escolarização para o ingresso nos postos de trabalho. Essa perspectiva, ao negar as contradições da realidade social, responsabiliza o trabalhador pela sua baixa formação, destacando-a como culpa sua, pois os empregos existem, o que falta é mão de obra suficientemente qualificada.

Desse modo, os jovens deveriam ser motivados por essa concepção. Compreendem a escola como local possível para realização dos anseios, atribuindo a ela papel preponderante como espaço que acreditam contribuir na preparação para o emprego. A isso se alia ainda o fato de que, numa conjuntura de crise, são eles os mais afetados pelas transformações no mundo do trabalho. Portanto, permanecer na escola, deveria se constituir em estratégia para se resguardar do desemprego.

Esse objetivo, entretanto, é um aspecto idealizado e que não se efetiva na prática cotidiana. Deste modo, os jovens, conforme destacou Bourdieu (2008), tendem a se indispor fortemente contra a escola ao perceberem as dificuldades para realização dos seus anseios. É preciso reconhecer ainda que essa situação não é uma lógica do Proeja, visto que o programa de educação integrada está dentro de um contexto adverso e por conta disso não dá conta sozinho. Em outro aspecto, quando o emprego não se estrutura a aposta na escolarização é rompida.

A concepção neoliberal de educação, por meio do conceito de capital humano, associa o crescimento econômico ao desenvolvimento dos níveis de educação. Segundo Frigotto (2010), essa concepção:

Busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social (p. 51).

No contexto esboçado, as mudanças econômicas e tecnológicas, que reduzem significativamente o número dos postos de emprego, são negadas e atribuídas à necessidade constante e crescente de formação escolar para o mercado de trabalho. Desse modo, “a educação passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda” (FRIGOTTO, 2010, p. 51).

A educação, ao ser concebida na ótica do capital humano como fator básico de desenvolvimento econômico e/ou de mobilidade social e de aumento da renda individual, torna-se instrumento potencializador da ascensão social. Assim, a concepção de instrução assumida é idealizada como ferramenta que garantirá estabilidade econômica, vez que, por meio dela, o acesso aos postos de trabalho estará garantido aos escolarizados, negando, entretanto, as contradições e os conflitos do tecido social e as mudanças econômicas no processo produtivo.

Na perspectiva de Bourdieu, a escola tem papel importante nesse cenário, na medida em que a disputa interna entre os agentes por posição social é materializada na busca pela posse de bens materiais e simbólicos, dentre eles o capital cultural, consubstanciado na posse de diploma, que se constitui elemento de manutenção dos grupos de origem, ao mesmo tempo que instrumento de distinção social.

Nesse campo de embate os processos formais de educação via unidade escolar precisam dar respostas mais significativas às contradições apresentadas. Enquanto isso não ocorre, compreende-se o fato de os jovens entrevistados apontarem o *campus* Urutaí do IF Goiano como espaço de realização de educação de excelência. Os depoimentos abaixo destacam a concepção dos jovens sobre a educação:

Quem não tem o Ensino Médio hoje em dia não tem nada, quase é um analfabeto. Com o Ensino Médio você já tem muita dificuldade. Se não tiver um Superior, então... Estudo hoje é fundamental. (Jovem 1).

Eu acho que ele me oferece assim um futuro melhor pra minha vida [...]. Eu acho assim que um estudo mais avançado pra mim procurar um serviço melhor. (Jovem 2).

Realmente é real que quanto mais estudo você tem melhor na vida você vai ficar. (Jovem 4).

Os depoimentos dos alunos reforçam a perspectiva de uma educação idealizada, à medida que reproduzem a concepção de eficiência da educação escolar como meio de desenvolvimento econômico, distribuição de renda e equalização social. Entretanto, no seu interior, ancora-se a concepção de disputa por posições na estrutura social, pela posse de bens materiais e simbólicos raros por meio do capital cultural. Os jovens reconhecem na educação instrumento importante, entretanto relacionado à ascensão social e à melhoria nas condições objetivas de vida. Expressões como ‘futuro melhor’, ‘emprego melhor’, ‘vida melhor’, na fala dos entrevistados, estão associadas à posse de capital cultural e às possibilidades que ele pode oferecer ao seu detentor. Acreditam que, quanto maior o nível deste, mais aumentam suas chances de inserção no mercado de trabalho.

Reproduzem, então, a concepção do mérito individual que se estrutura a partir dos vários anos de escolarização. Declaração do tipo “ter estudo para ser uma pessoa respeitada no meio da sociedade” expressa essa concepção. Nesse contexto, para os jovens, o único conhecimento reconhecido como válido é o proferido por instituições que desenvolvem processos de educação escolar, atribuindo valor para o mercado de trabalho via diplomas proferidos.

Assim, a pessoa que não tem ‘estudo’, fica ausente do conhecimento e, conseqüentemente, privada de usufruir dos melhores postos de trabalho. Essa perspectiva, ao ser assumida pelos agentes, conforme verificado nas declarações anteriores, é o que motiva os indivíduos a entrarem em disputa pela posse de bens materiais e simbólicos raros.

De maneira que a disputa que se coloca não é somente pela empregabilidade, mas também por posição social. Os jovens internalizam a escola como instrumento de mobilidade social e aumento da renda individual, pois é concebida como meio de acesso aos melhores empregos e salários, ainda que não seja esta a perspectiva pedagógica que orienta o programa. Entretanto, a educação passa a ser idealizada como elemento de lucro, ou seja, quanto mais escolarização, maior a renda e, conseqüentemente, melhor posição social.

Os jovens, ao não reconhecerem essa situação, reproduzem a concepção de mérito individual e de equalização social por meio da educação. Assim, “o ‘fator econômico’ [...] é posto como sendo o maior responsável pelo acesso, pela permanência na trajetória escolar e pelo rendimento ao longo dessa trajetória” (FRIGOTTO, 2010, p. 62).

O mesmo autor segue o raciocínio argumentando que o “determinante vira determinado. Ou seja, a escolarização é posta como determinante da renda, de ganhos futuros, de mobilidade, de equalização social pela equalização das oportunidades educacionais” (FRIGOTTO, 2010, p. 62-63). A partir dessa perspectiva, os jovens idealizam a educação como investimento futuro, pois a renda torna-se o componente para a escolarização e esta, instrumento para o acesso aos postos de trabalho.

Daí compreende-se a importância atribuída pelos jovens à instituição de educação escolar, sobretudo ao IF Goiano, mesmo demonstrando dificuldades em relacioná-lo ao cotidiano por eles vivenciado. Associam-no à dinâmica econômica e às mudanças no mercado de trabalho, como meio de equalização social, na razão de que possibilita o acesso a postos de emprego.

Ao analisar os dados, verificou-se que os jovens enfatizam a importância dos processos formalizados de ensino para o mercado de trabalho. No entanto, demonstram dificuldades para associar de forma intensa e prática como esses aspectos se relacionam no cotidiano social que vivenciam. A educação é concebida por eles como fundamental para o trabalho, porém como um elemento associado sempre a investimento futuro e conjugado a níveis cada vez mais elevados de escolarização.

Nessa dimensão reside a inversão do papel da educação, que não é concebida como instrumento de releitura das contradições da realidade objetiva. Portanto, ao demonstrarem essa dificuldade, conseqüentemente as transformações do mundo do trabalho não são percebidas.

A maioria dos jovens pesquisados idealiza a formação de nível superior como meio para a concretização profissional. Passam também a buscar a posse de capital cultural, visando o Ensino Superior como elemento de distinção, pois destacam que o nível médio de ensino não é mais suficiente para garantir a inserção profissional. Caracterizam, de certo modo, as estratégias por eles organizadas para romper com a defasagem dos diplomas.

O que se pode compreender dessa situação é que a escola, enquanto instituição que objetiva desenvolver um conhecimento sistematizado, não tem conseguido, por

mais que busque se associar aos setores produtivos, acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Isso mesmo com o fato de ela, em função das exigências, ter aumentado o número de portadores de diplomas. Nesse ponto reside, para Bourdieu (2008), a contradição patronal enquanto processo que visa “conservar as vantagens que a titulação oferece à reprodução da classe dominante sem deixar de controlar o acesso das outras classes aos poderes conferidos pelo diploma” (p. 139).

Desse modo, à medida que os jovens reproduzem uma concepção de educação idealizada como meio de ascensão social e equalização das desigualdades econômicas, eles também constituem uma inversão do seu valor enquanto campo possível de discussão e compreensão das contradições sociais. Estabelece ainda a manutenção dessa situação a partir da disputa entre os agentes pela posse de bens materiais e simbólicos raros, no caso dos jovens pesquisados o desejo de quase dois terços deles pela posse do diploma de nível superior.

Referencias

ALVES, N. **Juventudes e inserção profissional**. Lisboa: EDUI&DCE, 2008.

ANDRADE, C. C. **Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo**. Brasília: Nota técnica 37, Ipea, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____, P. O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução. In: NOGUEIRA, M. A. CATANI, A. (orgs). **Escritos de educação**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEÓN, O. D. Uma revisão das categorias de adolescência e juventude. In: CANEZIN GUIMARÃES, M. T. SOUSA, S. M. G. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Goiânia: Editora da UFG; Cãnone Editorial, 2009.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: Almeida, M. I. & Eugenio F. (Orgs.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zarrar, 2006.

SILVA, S. S. **Educação de Jovens e Adultos: Implicações da Escolarização Básica e Tardia**. Dissertação (Mestrado) – Goiânia: Faculdade de Educação – UFG, 2005.

PAIS, J. M. Buscas de si: expressividade e identidade juvenis. In: ALMEIDA, M. I. M. EUGENIO, F. **Culturas juvenis: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 7-21.

QUEIROZ, E. M. O. Jovens trabalhadores e a escola noturno: relações de reciprocidade e antagonismo. In: CANEZIN GUIMARÃES, M. T. (Org.). **Estudos sobre jovens e processos educativos na contemporaneidade**. Goiânia: Editora da UCG, 2008.